



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
2ª Câmara de Coordenação e Revisão (Matéria Criminal e Controle Externo da Atividade Policial)

Portaria 2ª Câmara nº 110, de 17 de dezembro de 2013.

Cria o Grupo de Trabalho sobre Fraudes Previdenciárias na 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e nomeia os seus integrantes.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no exercício das atribuições que lhes são conferidas no artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, por deliberação ocorrida na 74ª Sessão de Coordenação, de 16/12/2013, resolve:

Art. 1º Criar o Grupo de Trabalho sobre Fraudes Previdenciárias, em cumprimento à deliberação do XIII Encontro Nacional da 2ª Câmara e do I Encontro Temático sobre Fraudes Previdenciárias.

Art. 2º Nomear, dentre os inscritos mediante edital, os integrantes do Grupo de Trabalho, a seguir relacionados:

- **Carlos Alberto Gomes Aguiar**; da PR/RJ;
- **Flávia Rigo Nóbrega**; da PRM/Guaratinguetá-SP;
- **Fausto Kozo Matsumoto Kosaka**; da PRM/Campinas-SP;
- **Gabriela Rodrigues Figueiredo**; da PRM/São João de Meriti-RJ;
- **Jessé Ambrósio dos Santos Júnior**; da PRM/Nova Friburgo-RJ;
- **Uendel Domingues Ugatti**; da PR/SP;
- **Zélia Luiza Pierdoná**; da PRR 3ª Região.

Art. 3º O Grupo de Trabalho indicará um Coordenador e um Coordenador Substituto, informando seu nome à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, e proporá seu plano de trabalho no prazo de 30 dias, o qual deverá ser encaminhado à aprovação da 2ª CCR. Ao GT caberá estabelecer, por meio de um roteiro de atuação, fundado em um plano de trabalho, as estratégias de combate às fraudes previdenciárias, que tanto oneram o Sistema Previdenciário brasileiro, causando prejuízos à Seguridade Social e ao Erário. Além disso o GT tem como objetivos a atuação preventiva, a gestão do conhecimento e compartilhamento de boas práticas, a capacitação de membros e servidores, o estabelecimento e a gerência de políticas de atuação criminal nacionais e regionais e a efetividade da persecução penal.

Art. 4º O Grupo de Trabalho tem mandato de um ano, a contar da data desta portaria.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora